



## CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR – FEA Nº 001/2024 05/06/2024

### Prova: Direito Agrário

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

01 - Segundo a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, Capítulo II (da Organização Institucional), Artigo 5º, Parágrafo 3º,

"Conselho Nacional da Política Agrícola (CNPA) contará com uma Secretaria Executiva e sua estrutura funcional será integrada por Câmaras Setoriais" especializadas em:

- a) Produtos, insumos, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e demais componentes da atividade rural.
- b) Produtos, insumos, armazenamento, transporte, crédito, seguro, infraestrutura e componentes perecíveis da atividade rural.
- c) Materiais, triagem, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e demais componentes da atividade rural.
- d) Produtos, insumos, triagem, armazenamento, transporte, comercialização, seguro e colaboradores da atividade rural.

02 - A Lei n.º 601/1850 estabeleceu que as aquisições de terras devolutas só podem ser adquiridas por meio da compra, exceto as terras situadas nos limites fronteiraços do território nacional, as quais poderiam ser concedidas gratuitamente. Sobre essa lei, é correto afirmar que:

- a) Apesar da nova forma de aquisição de terras, a lei estabeleceu como exceção a concessão de terras via sesmarias e ocupação por posse.
- b) As terras fronteiraças, independentemente da distância, são consideradas terras disponíveis para posse.
- c) A aquisição das terras devolutas mediante compra foi uma adequação brasileira à prerrogativa capitalista que transformou a terra em uma mercadoria.
- d) A lei facilitou o acesso às terras devolutas por parte dos imigrantes europeus e estabeleceu o direito de reserva de terras para a população indígena.

03 - Considere o texto sobre a reforma agrária no Brasil.

A reforma agrária no Brasil foi pauta de discussões durante as décadas de 1950/1960 e, posteriormente, nas décadas de 1980/1990, construindo-se diálogos com relação a sua necessidade, efetividade e à maneira como poderia ser aplicada. [...] A Constituição Federal de 1988 foi um marco institucional e jurídico, no que diz respeito à política de reforma agrária no Brasil. Após a redemocratização, os movimentos sociais voltaram a atuar livremente e, com novos projetos, pressionaram a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil. No início da década de 1990, observa-se um crescimento no número de ocupações de terras e, a partir de 1996, houve um aumento expressivo. As ocupações realizadas continuaram aumentando até 1999, ano em que foram registradas 856 ocupações por todo o Brasil. A dinâmica rural vinculada à política federal



variou bastante quanto aos condicionantes de uma reforma agrária, especialmente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo de Michel Temer, passando pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

CATTELAN, R.; MORAES, M.; ROSSONI, R. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). Revista NERA, v. 23. n.55, set.-dez. 2020, p. 138. Adaptado.

Nesse contexto agrário, considerando-se os ciclos políticos do governo federal, efetivou-se a situação caracterizada pela seguinte dinâmica:

- a) redução dos assentamentos de famílias entre 1995 e 1998
- b) retração do número de famílias assentadas entre 2003 e 2006
- c) ascensão de assentamentos de famílias rurais entre 2007 e 2010
- d) redução progressiva dos decretos desapropriatórios nos anos 2010

04 - Sobre os títulos da dívida agrária, assinale a afirmativa correta:

- a) São títulos físicos nominais ou ao portador que podem ser negociados ou mercado ou utilizados para compensação com dívidas do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural.
- b) Ainda que sejam resgatáveis em até vinte anos, devem possuir cláusula de preservação do valor real, devendo ser atualizados com taxa de juros de até 12% a.a.
- c) Abrangem o valor de mercado do imóvel a ser desapropriado, incluindo as benfeitorias necessárias e úteis, independentemente de acordo.
- d) A emissão dos títulos da dívida agrária depende de orçamento anual, o que condiciona tanto a realização de desapropriação agrária quanto o programa de reforma agrária no exercício.

05 - Os contratos agrários são admitidos por lei para permitir que, por meio de negociação entre o titular da propriedade e o parceiro, seja garantida a exploração econômica da terra. Sobre o arrendamento, que é uma de suas modalidades, é correto afirmar que:

- a) O arrendamento é contrato por tempo determinado, no qual se cede o uso e gozo do imóvel rural para qualquer tipo de exploração econômica à sua conta e risco.
- b) Se as benfeitorias necessárias ou úteis forem feitas a expensas do arrendador e gerarem aumento nos rendimentos da gleba, o referido arrendador não apenas tem direito a uma elevação proporcional da renda auferida, mas também o de não indenizar ao fim do contrato, salvo se estipulado o contrário.
- c) A renda anual paga em razão do contrato de arrendamento será ajustada pelas partes contratantes, podendo ser definida por índice idôneo ou determinada por quantidade fixa de frutos ou produtos.
- d) A alienação do imóvel rural interrompe o arrendamento, devendo haver anuência do adquirente para a sub-rogação nos direitos e obrigações do alienante.

06 - De acordo com a Lei nº 8.171/1991 – Política Agrícola, é instituído o seguro agrícola destinado a cobrir prejuízos decorrentes de:

I. Sinistros que atinjam bens fixos e semifixos ou semoventes.

II. Fenômenos naturais, pragas, doenças e outros que atinjam plantações.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.



07 - Julgue os itens a seguir quanto ao conceito de direito agrário.

I Estão presentes no conceito de direito agrário a regulação do direito agrário e a função social da terra.

II O progresso social e econômico se faz presente no direito agrário, em vista dos conflitos oriundos do acesso à terra, que ocorrem até os dias atuais.

III A natureza jurídica do direito agrário é híbrida, composta por normas públicas e privadas, classificadas como cogentes e supletivas.

Assinale a opção correta

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

08 - Conforme a doutrina constituem princípios do direito agrário

a) A primazia do interesse coletivo sobre o interesse individual e a necessária e constante reformulação da estrutura fundiária.

b) O atendimento à política de reforma agrária e à política de desenvolvimento agrícola e a estatização dos imóveis rurais privados, para fins de reforma agrária.

c) A sobreposição da titulação dominial sobre a utilização da terra e a garantia da propriedade da terra.

d) O fortalecimento do espírito comunitário, por meio de associações empresariais do agronegócio, e a exploração dos recursos naturais disponíveis.

09 - O Estatuto da Terra e a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, preveem a Reforma Agrária, que tem como objeto ou meta a implantação de assentamentos de pessoas ligadas à terra, com base em vários princípios orientadores. Avalie se tais vínculos incluem, entre outros:

I. condicionar o uso da terra à sua função social;

II. a sustentabilidade ambiental;

III. o acesso de qualquer pessoa nacional à terra.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

10 - A origem das terras devolutas remonta a 1375, quando o rei de Portugal, D. Fernando, emitiu uma ordem estabelecendo que, se o proprietário de uma sesmaria não pudesse ou não quisesse cultivar diretamente o solo, deveria dá-lo em arrendamento a alguém, sob pena de confisco ou devolução da sesmaria ao Soberano. Passou a vigorar, então, o entendimento de que se consideravam devolutas as terras dadas em sesmarias e que haviam sido devolvidas porque os sesmeiros não cumpriram as obrigações de cultivá-las. No entanto, hoje não são apenas essas terras tidas como devolutas.

Assinale a opção que indica a situação que, hoje, também é considerada terra devoluta.

- a) Terra vaga.
- b) Terra não ocupada.
- c) Terra abandonada.
- d) Terra de fronteira.



11- No Brasil, antes de 1850, não existia o sistema registral de terras, vigia apenas a posse de terras doadas pela Coroa por meio das sesmarias. Foi instituído o sistema registral a partir de 1850 e foi criado o instituto da Legitimação da Posse Agrária, estabelecido pela Lei nº 601/1850, para regularizar a posse daqueles que tinham posse sesmarial ou posse em terras devolutas. Atualmente, o Estatuto da Terra e a Lei nº 6.383/76 ainda estabelecem o sistema jurídico de Legitimação de Posse Agrária, um sistema equivalente à usucapião especial, com requisitos semelhantes mas não totalmente iguais.

Assinale a opção representa um dos requisitos para o possuidor fazer jus ao pedido de Legitimação de Posse Agrária.

- a) Comprovar a posse mansa e pacífica do imóvel.
- b) Ser proprietário de outro imóvel.
- c) Residir com sua família no imóvel.
- d) Comprovar a posse de terras públicas ou devolutas com extensão territorial até 50 hectares.

12 - O direito agrário se limita a regulamentar ou disciplinar as relações oriundas do trato da terra pelo homem e as atividades agrárias em geral (exploração agrícola, extrativa, pecuária e agroindustrial), a posse e o uso da terra, os contratos, a reforma agrária e a colonização. Mas, desde seu nascedouro pela Emenda à Constituição de nº 10, de 9 de novembro de 1964 e pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), percebe-se evolução e ampliação dessas atividades. Avalie se as atividades a seguir podem ser consideradas como atividade agrária, mas não regulada pelo Estatuto da Terra.

I – Exploração de pesca marinha;

II – Exploração de hidrelétrica;

III- Exploração do setor sucroenergético (Cana-de-açúcar).

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

13 - O estado de Mato Grosso tem vivenciado rápido processo de urbanização. A maior parte de suas cidades com mais de 50 mil habitantes vem apresentando crescimento demográfico superior à média nacional, impulsionado pelo setor industrial.

No último decênio, o capital industrial que vem comandando a urbanização de Mato Grosso é o:

- a) Farmacêutico.
- b) Biomédico.
- c) Agroindustrial.
- d) Metalúrgico.

14 - Conforme a Lei nº 8.171/1991 — Política Agrícola: fica instituído o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com as seguintes atribuições:

I. Orientar a elaboração do Plano de Safra.

II. Propor ajustamentos ou alterações na política agrícola.

III. Manter sistema de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola.

Está(ão) CORRETO(S):



- a) Todos os itens.
- b) Somente o item I.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Nenhum dos itens.

15 – Qual dessas atividades compete às instâncias intermediárias?

- a) Inventário das populações animais e vegetais.
- b) Vigilância agropecuária do trânsito interestadual de vegetais e animais.
- c) Vigilância agropecuária de portos, aeroportos e postos de fronteira internacionais e aduanas especiais.
- d) Desenvolvimento dos programas de acompanhamento dos controles oficiais e da vigilância agropecuária.

16 - A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, “*fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.*”  
Um dos objetivos dessa Lei é:

- a) Proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais.
- b) Não sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor.
- c) Subsidiar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura.
- d) Centralizar a execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades.

17 - Configura posse agrária:

- a) A relação pessoal e a exploração direta, contínua e racional do imóvel rural, por meio das quais a função social da propriedade se expressa.
- b) A localização do imóvel sob posse fora do perímetro urbano.
- c) O exercício indireto, ainda que pacífico, de atividades agrárias em gleba de terra rural.
- d) A mera detenção da coisa por permissão ou tolerância do possuidor ou proprietário.

18 - Considerando a atuação do Poder Público na política agrícola para proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, qual, dentre as seguintes alternativas, NÃO constitui uma de suas atribuições?

- a) Disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora.
- b) Desenvolver programas de educação ambiental, a nível formal e informal, dirigidos à população.
- c) Fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas.
- d) Integrar apenas o Governo Federal e as comunidades na preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais.



19 - A propriedade rural, além de se sujeitar à reforma agrária com a finalidade de garantir a melhor distribuição da terra, se sujeita igualmente à política agrícola para atender o interesse da economia rural e harmonizá-la ao seu papel na economia brasileira. Neste sentido, assinale a afirmativa correta, à luz do Estatuto da Terra.

- a) A área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, embora considerada não aproveitável para exploração agrícola, pode ter seus índices alterados pelo Poder Executivo de acordo com a política agrícola.
- b) O imposto sobre a propriedade territorial rural tem a função extrafiscal de fomentar a política agrícola, razão pela qual não incide sobre imóvel rural inferior a um módulo fiscal, ainda que improdutivo.
- c) O módulo rural é a área máxima fixada para cada região do tamanho da propriedade rural e será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município.
- d) A dimensão da área dos módulos de propriedade rural é fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas de acordo com os tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

20 - Nos termos da Lei nº 4.947/1966 — Normas de Direito Agrário, Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, para fins de cadastramento do imóvel rural, do teor da sentença proferida nos casos de usucapião, deverá ser intimado(a):

- a) A Secretaria Municipal do Meio Ambiente.
- b) O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- c) A Secretaria Estadual da Agricultura.
- d) O Ministério do Meio Ambiente.

21 - No Brasil, a questão de Reforma Agrária se revelou bastante conturbada, e iniciou-se efetivamente em 1964 com a promulgação do Estatuto da Terra, que estabeleceu a desapropriação como pena, cujo dispositivo legal foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu a sanção constitucional de perda da propriedade por desapropriação por interesse social para fins da Reforma Agrária, quando a terra não está cumprindo a sua função social. Avalie se o imóvel rural cumpre sua função social quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I. aproveitamento racional e adequado.
- II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Estão corretos os requisitos

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV, apenas.

22 - A Lei 4.504 de 31/11/1964 (Estatuto da Terra) regula os contratos de parceria rural. Em relação a eles, é **incorreto** dizer:

- a) É vedado, sem exceção, contrato de parceria na exploração de terras de propriedade pública.



- b) O prazo dos contratos de parceria, desde que não convençionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita pendente.
- c) Depois de expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro, em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria.
- d) O proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte.

23 - A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, em seu Art. 6º, considera propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. Considerando-se essa informação, o grau de eficiência na exploração é obtido através:

- a) Do cálculo da área utilizada com produtos vegetais.
- b) Da quantificação das áreas não aproveitáveis do imóvel.
- c) Da divisão do somatório das áreas inaproveitáveis pela área efetivamente utilizada.
- d) Da soma dos resultados dos cálculos referentes aos produtos vegetais e exploração pecuária, considerando-se os índices de rendimento e lotação definidos pelo órgão competente, respectivamente, dividindo-o pela área efetivamente utilizada e multiplicando o resultado obtido por 100 (cem).

24 - Em se tratando dos objetivos e meios de acesso à propriedade rural a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, em seu Art. 17, dispõe que o acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou redistribuição de terras. Dessa forma, uma das medidas para sua execução é:

- a) Doação.
- b) Usucapião.
- c) Registro de terras públicas.
- d) Subtração de terras de terceiros.

25 - É **CORRETO** afirmar que a propriedade familiar, a empresa rural, a cooperativa de produção, as associações de produtores e os assentamentos de reforma agrária estão inseridos:

- a) No setor secundário da economia.
- b) No setor terciário da economia.
- c) No setor primário da economia
- d) No setor metalúrgico da economia

26- Qual é a Lei ou decreto que fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal?

- a) Lei nº 8.171, de 17/01/1991.
- b) Lei Federal nº 9.712, de 20/11/1998.
- c) Decreto Federal nº 5.153, de 23/07/2004.
- d) Decreto Federal nº 9.253, de 23/07/2014.



27 - Segundo a Lei nº 8.629/93, o grau de utilização da terra – GUT deve ser igual ou superior a:

- a) 60%
- b) 70%
- c) 80%
- d) 90%

28 - De acordo com o § 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 4504, de 30 de novembro de 1964 – DOU de 30/11/64, alterado pela Lei Federal nº 6746, de 10 de dezembro de 1979 – DOU de 11/12/76, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, o “conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”, denomina-se:

- a) Política agrícola.
- b) Reforma agrária.
- c) Estatuto da terra.
- d) Movimento dos trabalhadores sem terra.

29 - As operações de crédito rural possuem características especiais de taxas, prazos e garantias, diferentes das linhas de crédito para outras finalidades. Assim, o acesso a esses recursos é permitido para públicos específicos. Sobre os possíveis beneficiários do Crédito Rural, assinale a alternativa incorreta.

- a) O beneficiário pode ser o Produtor Rural, tanto na pessoa física como jurídica.
- b) O beneficiário pode ser uma cooperativa de produtores rurais.
- c) Beneficiadores ou agroindústrias não podem tomar este tipo de recurso.
- d) Pode ser tomado por pessoa física ou jurídica que se dedique à prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais.

30 - Acerca das fases da desapropriação agrária assinale a afirmativa correta.

- a) A declaração de interesse no imóvel para fins de reforma agrária deve ocorrer por via de decreto legislativo, que é requisito para a União propor ação de desapropriação em até 5 anos.
- b) Na ação de desapropriação o Juiz, ao despachar a inicial, já imitirá a União na posse do imóvel e ordenará a averbação do ajuizamento da ação no registro do imóvel expropriando, para conhecimento de terceiros.
- c) A desapropriação agrária pode ser consensual no âmbito de acordo administrativo ou acordo na ação de desapropriação, sem, porém, alterar o escalonamento do pagamento do título da dívida agrária.
- d) O levantamento da indenização ou o depósito judicial ocorrerá após a publicação da sentença e de o processo ser remetido para o duplo grau obrigatório de jurisdição.

31 - O art. 5.º, XXVI, da Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece que “a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento”. A Lei Federal n.º 8.629/1993, que



regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, define a pequena propriedade rural como:

- a) O prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.
- b) O imóvel rural de área e possibilidade inferiores às da propriedade familiar.
- c) O imóvel rural de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento.
- d) O imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais.

32 - Assinale a opção correta acerca da desapropriação por interesse social para reforma agrária.

- a) O procedimento para o processo judicial de desapropriação será regulado por lei ordinária.
- b) A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de cinco anos, contado da publicação do decreto declaratório.
- c) A ação de desapropriação obedecerá ao contraditório especial, de rito sumário, e será processada e julgada pelo juízo federal competente, até mesmo durante as férias forenses.
- d) A indenização das benfeitorias úteis e necessárias deve realizar-se sempre mediante títulos da dívida agrária.

33 - Acerca das semelhanças e diferenças entre módulo rural e módulo fiscal, assinale a opção correta.

- a) O módulo fiscal é estabelecido com base em quatro fatores básicos: forma, dimensão, localização no município e aproveitamento econômico que se dá no município por esse imóvel.
- b) O módulo rural e o módulo fiscal se assemelham pelo fato de que ambos são expressos em unidades de hectares.
- c) O módulo fiscal é calculado para cada imóvel em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel, segundo sua região de localização.
- d) O módulo rural é estabelecido para cada município, e reflete a área mediana de todos os módulos rurais dos imóveis rurais do município.

34 - Francisco Augusto ajuizou ação de usucapião agrário. Ele não é proprietário de imóvel rural ou urbano, e possuiu como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia. Durante a instrução, verificou-se, contudo, que a posse agrária é exercida sobre uma área de noventa hectares. A ação deverá ser julgada

- a) Parcialmente procedente para constituir a propriedade apenas em relação a cinquenta hectares.
- b) Extinta, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir
- c) Improcedente.
- d) Parcialmente procedente para declarar a propriedade apenas em relação a cinquenta hectares.

35 - A Fazenda Santa Justina, que possuía atividade pecuária, foi invadida por um grupo de aproximadamente trinta famílias. Seu proprietário ajuizou uma ação de reintegração de



posse, sendo concedida a antecipação dos efeitos da tutela. Apesar de inúmeras tentativas, inclusive com força policial, o cumprimento da ordem judicial nunca se efetivou. Após vários anos, a área está consolidada com mais de sessenta famílias. Nesse cenário, caberá:

- a) À União indenizar o proprietário com títulos da dívida agrária.
- b) Ao Estado indenizar o proprietário com títulos da dívida agrária.
- c) Encaminhamento dos autos à Justiça Federal para cumprimento da ordem pela Polícia Federal.
- d) Ao proprietário buscar indenização por meio de desapropriação indireta.

36 - Há um loteamento formalizado na prefeitura de determinado município, mas não implementado na prática. No meio do referido loteamento, existe um imóvel cuja destinação dada à terra é a exploração agrícola. O imóvel:

- a) É rural diante de sua destinação econômica
- b) É rural pela ausência da efetiva implantação do loteamento.
- c) É considerado como expansão urbana.
- d) Pode ser urbano ou rural a depender do zoneamento estabelecido pelo município.

37 - No que concerne à propriedade e exploração dos bens imóveis rurais, conforme o Estatuto da Terra, considere:

I. A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; ou mantém níveis satisfatórios de produtividade; ou assegura a conservação dos recursos naturais; ou observa as leis que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e cultivem.

II. Considera-se imóvel rural, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.

III. Considera-se propriedade familiar, o imóvel rural que, direta ou indiretamente, pessoalmente ou por terceiros, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração.

IV. Considera-se minifúndio o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

V. O Poder Público reconhece às entidades privadas, desde que nacionais, o direito à propriedade da terra em condomínio quer sob a forma de cooperativas, quer como sociedades abertas constituídas na forma das normas em vigor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) III, IV e V.
- d) I, II e IV.



38 - Sobre a política agrícola e fundiária e a reforma agrária, pode-se afirmar, **exceto**:

- a) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e reservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- b) Aquele que, ainda que proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a vinte hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- c) A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.
- d) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

39 - A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de:

- a) 05 anos.
- b) 10 anos.
- c) 15 anos.
- d) 25 anos.

40 - No que se refere a desapropriação para reforma agrária pelo interesse social, pode-se afirmar que:

- a) Haverá prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
- b) Cabe a lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- c) Não estão isentas de impostos federais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- d) As benfeitorias necessária serão indenizadas em dinheiro, ao passo que as úteis não serão indenizadas.

41 - Assinale a alternativa correta sobre a Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998.

- a) É objetivo da casa civil assegurar a saúde dos rebanhos animais.
- b) São objetivos do produtor assegurar a saúde dos rebanhos animais e a fiscalização dos insumos usados nas atividades pecuárias.
- c) É objetivo da casa civil assegurar a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.
- d) É objetivo da defesa agropecuária assegurar a inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico.

42 - As principais modificações introduzidas no REURB – Nova Política Nacional, com base na Lei nº 13.645/2017, se refere a processos de regularização fundiária, políticas de habitação, assentamento irregular, dentre outras. NÃO se refere ao objetivo da Lei:



- a) Manter o assentamento irregular para invasões organizadas, a fim de manter o aspecto histórico do pleito.
- b) Ampliar o alcance da REURB ao incluir todos os núcleos informais com características urbanas, mesmo em áreas rurais.
- c) Manter articular Interfederativa, na atuação em larga escala e na adoção dessa ação como base das políticas de habitação e infraestrutura do país.
- d) Alterar o conceito de assentamento irregular para núcleo urbano informal, contemplando loteamentos, conjuntos habitacionais ou condomínios horizontais, verticais ou mistos.

43 - A Lei Federal nº 9.712/98 alterou a Lei nº 8.171/91, acrescentando os artigos 27º-A, 28º-A e 29º-A referentes à defesa agropecuária. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um objetivo da defesa agropecuária:

- a) Realizar a vigilância e defesa sanitária animal.
- b) Assegurar a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária.
- c) Proporcionar a inspeção e classificação de produtos de origem vegetal.
- d) Fiscalizar os insumos e os serviços usados nas atividades agropecuárias.

44 - A Lei Federal nº 8.171, de 17/01/1991 dispõe sobre a política agrícola brasileira e seus objetivos, assinale a alternativa que apresenta corretamente um objetivo da política agrícola:

- a) Sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor.
- b) Constituir o setor agrícola em segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado.
- c) Desenvolver como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar, aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia.
- d) Adequar o abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social.

45 - O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária desenvolverá, permanentemente,

- a) Vigilância e defesa sanitária vegetal e animal.
- b) Inspeção e classificação de produtos apenas de origem vegetal.
- c) Inspeção e classificação de produtos apenas de origem animal.
- d) Vigilância e defesa sanitária apenas para produtos de origem animal.

46 - O proprietário de propriedade agrícola privada com mais de 10.000 ha, com reduzido aproveitamento econômico e grau de utilização da terra inferior a 80%, com vistas à obtenção de benefícios legais, usando de má-fé, com a evidente intenção de prejudicar outrem, denunciou ao INCRA que sua propriedade fora invadida por trabalhadores rurais sem-terra, já inscritos em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo federal. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A propriedade em questão configura o que a legislação denomina de média propriedade rural, já que tem área superior a quinze módulos fiscais.



b) Pela descrição da propriedade, considera-se que esta cumpre sua função social, nos termos definidos pela CF.

c) Os trabalhadores rurais acusados pelo proprietário do imóvel rural, por terem concorrido para o conflito fundiário, serão excluídos do PNRA, perdendo seu direito de acesso à terra.

d) Constatada a simulação de invasão pelo proprietário, com vistas a não ter sua propriedade vistoriada, avaliada ou desapropriada, ele deverá ter cancelado o cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativa pecuniária, penal e civil cabíveis.

47 - Projetos de assentamento rural localizados na faixa de fronteira, a doação de áreas deverá ser precedida do assentimento prévio do:

a) Ministério das Relações Exteriores.

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

c) Conselho de Defesa Nacional.

d) Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

48 - São características do compásco, além da consensualidade

a) Unilateralidade, gratuidade, comutatividade e execução instantânea.

b) Bilateralidade, onerosidade, comutatividade e trato sucessivo.

c) Unilateralidade, onerosidade, comutatividade e execução instantânea.

d) Bilateralidade, onerosidade, aleatoriedade e trato sucessivo.

49 - Conforme a Lei nº 6.001, de 19/12/1973, que dispõe sobre o Estatuto do índio, assinale a alternativa CORRETA.

a) Cabe a União a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes (Art. 22)

b) Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte (Art. 57)

c) As penas de reclusão e de detenção dos índios serão cumpridas, obrigatoriamente, em estabelecimento prisional próprio e exclusivo para estes (Art. 56 § único)

d) As terras indígenas deverão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas (Art. 18)

50 - Segundo o Decreto Federal nº 5.741, de 2006, considerando o trânsito agropecuário, assinale a alternativa correta a respeito das atribuições de cada instância no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

a) O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, como instância intermediária, estabelecerá as normas e coordenará a fiscalização do trânsito nacional e internacional.

b) As instâncias intermediárias regulamentarão e coordenarão o trânsito intramunicipal.

c) As instâncias locais atuarão na fiscalização agropecuária do trânsito interestadual.

d) As instâncias intermediárias atuarão na fiscalização agropecuária do trânsito interestadual.